



PARECER JURÍDICO nº 003/2020 - RBF

Projeto de Lei nº 64/2019

Autor(a): Executivo Municipal

**PROJETO DE LEI - IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA
'POR UMA INFÂNCIA SEM RACISMO' -
DESNECESSIDADE DE PLEXO NORMATIVO - ATO
DISCRICIONÁRIO - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIO -
CONSIDERAÇÕES.**

1. RELATÓRIO

Trata-se de proposta legislativa apresentada Exmo. Prefeito Municipal, enquanto Chefe do Poder Executivo, que tem por objeto a instituição e implantação do Programa "Por Uma Infância Sem Racismo", no âmbito do município de Cordeirópolis.

O proponente apresentou mensagem destacando que a finalidade do programa é atingir o objetivo da UNICEF, de oferecer às meninas e meninos de Cordeirópolis uma infância sem racismo.

É o breve intróito.

Passo a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Exame de Admissibilidade

Adentrando na análise da proposição legislativa propriamente, observa-se que o projeto encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com a legislação aplicável.



Com efeito, por força do art. 59, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil 1988 – CRFB/88 cabe à Lei Complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. Obedecendo a essa determinação constitucional, o legislador aprovou a LC nº. 95/1998 que assim dispõe:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, **indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;**

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;
(grifo nosso)

Desse modo, observa-se que a proposição legislativa em comento encontra-se de acordo com a supracitada Lei Complementar.

2.2. Da iniciativa legislativa

Conforme disposto no artigo 12, inciso XIV da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis, a primeira vista a matéria em questão seria de competência comum, ou seja, tanto o Executivo quanto o Legislativo podem propor projetos de lei no tocante à respectiva matéria.

Contudo, considerando que se aprova o PL, o programa a ser desenvolvido afetará diretamente às atribuições de secretarias, entre outras atividades que aí sim são inerentes, exclusivamente, ao Prefeito Municipal para propor o assunto perante a Câmara Municipal, com fulcro no artigo 49 da LOM.



Assim, o autor é parte legítima para propor a matéria.

2.4. Da constitucionalidade e legalidade

O núcleo da presente propositura é sem sombra de dúvidas **programa de política pública**, já que o Município pretende implantar um programa contra o racismo.

A finalidade do projeto é criar um mecanismo para orientar, conscientizar, incentivar e valorizar as iniciativas dos munícipes contra o racismo na infância, destacando sobretudo, a cultura dos povos indígenas e negros, entre outros.

Sobre a questão dos programas de políticas públicas, a Câmara Municipal já se posicionou em outras proposições, inclusive respaldado com pareceres do órgão de assessoria externa - IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, órgão de assessoria externa dessa Casa Legislativa.

Em verdade, sobre os programas de políticas públicas, como é o caso dos autos, entendo que não há necessidade de lei, já que trata-se de ato puro e discricionário de Administração.

Por isso, o Prefeito pode criar e executar programas de política pública integrante de seu plano de governo ou de cada Secretaria, desde que conte com recursos orçamentários adequados a cada ação e disponíveis.



Além do que, o estabelecimento das ações governamentais deve ser realizado pelo Poder Executivo, pois constitui atividade puramente administrativa e típica da gestão de governo, sendo, portanto, inerente ao Chefe do Poder Executivo.

Por outro lado, ainda que se tenha como desnecessária a formalização do plexo normativo (lei, propriamente dito), entende-se que o referido projeto em nada é ilegal e ou inconstitucional, já que o projeto atende os requisitos essenciais de legalidade e constitucionalidade.

Portanto, ainda que não necessário, resta possível a tramitação do feito.

3. CONCLUSÃO

Nesse sentido, feitas tais considerações, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de lei nº 64/2019, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões permanentes, e, se o caso, ser enviado à Plenário, para discussão e votação, eis que é o órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 05 de Fevereiro de 2020.


ROBERTO BENETTI FILHO
Diretor Jurídico